

ESTUDIO COMPARATIVO DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA LA INTEGRACIÓN DE LAS TIC EN LA ESCUELA, EN EL CONTEXTO BRASILEÑO Y ESPAÑOL: FINANCIACIÓN Y EVALUACIÓN

*Estudo comparado das políticas educativas
para integração das TIC na escola, no contexto
brasileiro e espanhol: financiamento e avaliação*

*Comparative study of educational policies for
ICT integration in school, in the Brazilian and
Spanish context: funding and evaluation*

José Gomes da Silva

RESUMO: *Esse artigo tem como objetivo apresentar os resultados de um estudo comparado, realizado entre as políticas educativas para integração das tecnologias da informação e comunicação (TIC) às escolas no Brasil e na Espanha, com foco no processo de financiamento e avaliação dessas políticas. O recorte temporal foi estabelecido entre os anos de 1992 e 2010, período que correspondeu ao início das ações e o lançamento das novas políticas transnacionais. A abordagem da investigação é predominantemente qualitativa e o procedimento de natureza descritiva e documental, através do método do estudo comparado. As fontes utilizadas foram: marcos normativo, informes oficiais, comunicações oficiais e relatórios técnicos. A análise comparada apontou que financiamento das políticas educativas para integração das TIC em ambos os países convergem no sentido de existir um processo de cooperação de natureza híbrida, ou seja, com participação de recursos públicos e privados, com financiamentos de fundos internacionais, especialmente o Brasil que utiliza desses fundos, ligados às agências multilaterais comparado a Espanha. Em relação à avaliação, constatamos que ambos os países convergem no sentido de possuírem um sistema de avaliação permanente das*

políticas educativas para integração das TIC na escola, com a produção de relatórios técnicos, indicadores e dados estatísticos que servem como instrumentos para medir e implementar as ações necessárias para a melhoria das políticas educativas.

Palavras-chave: *Financiamento. Avaliação. TIC. Integração. Estudo comparado.*

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo presentar los resultados de un estudio comparativo realizado entre las políticas educativas para la integración de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en las escuelas de Brasil y España, centrándose en el proceso de financiación y evaluación de estas políticas. El marco de tiempo se ha establecido entre los años 1997 y 2010, período de inicio de las primeras políticas educativas y el lanzamiento de nuevas políticas transnacionales. El enfoque de la investigación es predominantemente cualitativo y el procedimiento es descriptivo y documental a través del estudio comparativo. Las fuentes fueron: marcos normativos, documentos, comunicaciones oficiales e informes técnicos. El análisis comparativo mostró que la financiación de las políticas educativas para la integración de las TIC en los dos países convergen en el sentido de que hay un proceso de cooperación naturaleza híbrida, es decir, con la participación de los recursos públicos, privados y con recursos internacionales, y que Brasil utiliza más recursos de los fondos de los organismos multilaterales internacionales. En cuanto a la evaluación, también notamos que ambos países tienen un sistema permanente de evaluación de las políticas educativas para la integración de las TIC en la escuela, con la producción de informes técnicos, estadísticas e indicadores que sirven como herramientas para medir y poner en práctica las acciones necesarias para la mejora de las políticas educativas.*

Palabras clave: *Financiación. Evaluación. TIC. Integración. Estudio comparativo.*

ABSTRACT: *This article aims to present the results of a comparative study conducted in the doctoral program in education at the University of Salamanca, between education policies for integration of information and communication technologies (ICT) in schools in Brazil and Spain, with focus on the financing process and evaluation of these policies. The time frame has been established between the years 1992 and 2010, period from the beginning of the actions and the launch of new transnational policies. The approach to research is predominantly qualitative and how the procedure is descriptive and documentary nature, through the comparative study of the method. The sources were: regulatory frameworks, papers, official communications and technical reports. The comparative analysis showed the funding of educational policies for the integration of ICT in both countries converge in the sense that there is a hybrid nature cooperation process, ie, with the participation of public, private resources and with international resources, and Brazil uses more resources from international funds linked multilateral agencies compared to Spain. Regarding the assessment, we also noticed that both countries converge towards having a permanent system of evaluation of educational policies for ICT integration in school, with the production of technical reports, statistics and indicators that serve as tools to measure and implement actions necessary for the improvement of educational policies*

Keywords: *Financing. Evaluation. ICT. Integration. Comparative study.*

1. INTRODUÇÃO

Os novos cenários mundiais são marcados principalmente pelo desenvolvimento científico e pela revolução tecnológica, causada por meio das tecnologias da informação e comunicação (TIC), principalmente em seus formatos digitais. Para Castells (2000) a revolução digital não determina a mudança histórica contemporânea, porém, reconhece que as TIC tem uma importância decisiva no processo de mudança histórica contemporânea, considerando-as também como tecnologias poderosas que amplificam e fazem possíveis processos sociais, econômicos, culturais e políticos que sem elas não seriam possíveis.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é apresentar os resultados de um estudo comparado entre as políticas educativas para integração TIC na escola, no Brasil e Espanha, com foco no processo de financiamento e avaliação dessas políticas. O recorte temporal teve início os anos de 1997, coincidindo com a criação do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), no Brasil, e com o Plano de Ação Info XXI, na Espanha, no ano de 2000, e finalizou em 2010, ano de lançamento das novas políticas educativas transnacionais para integração das TIC. Práticas essas que nortearam as políticas educativas nacionais durante as próximas décadas, representadas pela Estratégia Europa 2020 e o Projeto Metas Educativas 2021 da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Esse recorte temporal representa um período de grandes mudanças no cenário mundial e a formulação de políticas educativas transnacionais e nacionais na área das TIC, coincidindo também com a entrada no século XXI.

A abordagem da investigação foi predominantemente qualitativa, e quanto ao procedimento é de natureza descritiva e documental, através do método do estudo comparado. No desenvolvimento da metodologia, optamos pela utilização de mapas conceituais, por meio do software cmap tools¹, como estratégia metodológica na análise comparada. Recorremos a fontes, tais como: marcos normativo,

1 Software livre e gratuito. Apresenta uma arquitetura intuitiva que facilita a sua usabilidade. Disponível em: <http://cmap.ihmc.us/>.

informes, comunicações oficiais e relatórios técnicos. Os critérios de escolha das fontes levaram em conta a sua relevância para responder o objetivo da investigação dentro do marco temporal.

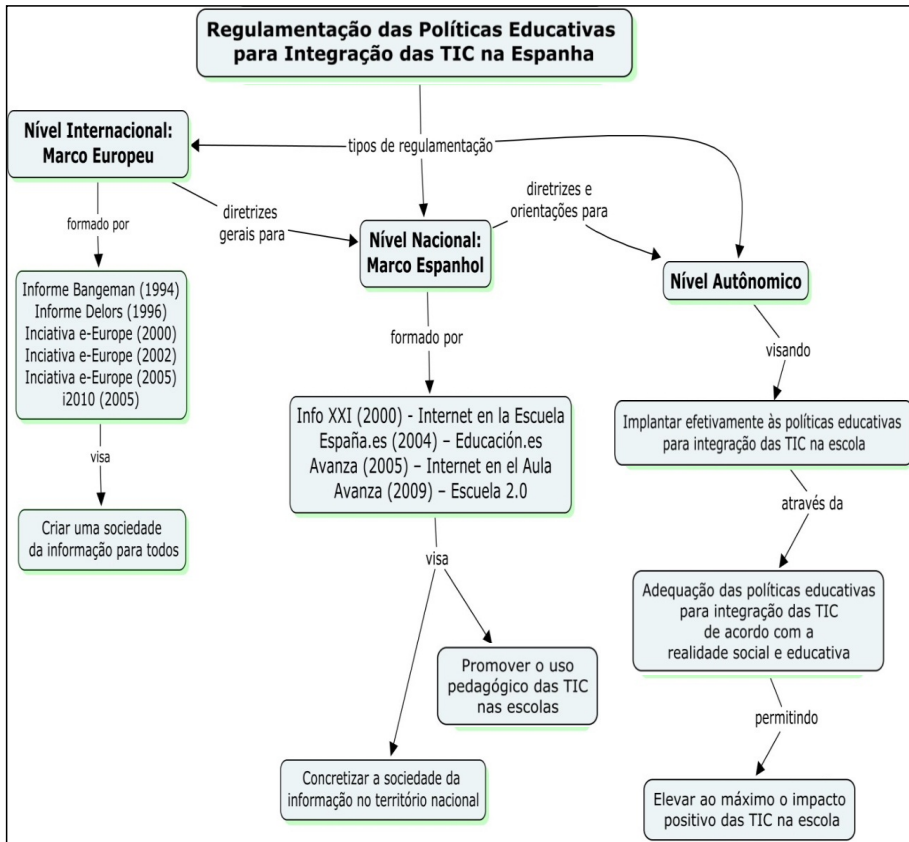
Esse artigo foi organizado da seguinte forma. Inicialmente apresentamos a introdução do trabalho, indicando o objetivo e a abordagem metodológica adotada. Em seguida, descrevemos as políticas educativas para integração das TIC na Espanha, oferecendo um panorama do processo de regulamentação dessas políticas no contexto espanhol. Depois, descrevemos as políticas educativas para integração das TIC no Brasil, oferecendo também um panorama do processo de regulamentação dessas políticas no contexto brasileiro, realizando assim uma análise comparada do processo de financiamento das políticas educativas para integração das TIC na escola, no Brasil e Espanha. Em sequência, comparamos o processo de avaliação das políticas educativas para integração das TIC na escola, no Brasil e Espanha. Na análise comparada detectamos pontos convergentes e divergentes entre os dois países em relação ao processo de financiamento e avaliação.

2. POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESPANHA

As políticas educativas para integração das TIC às escolas envolvidas na Espanha têm sido organizadas dentro de uma política internacional europeia e de uma política nacional, constituindo-se como Plano de Ação, que abrange diferentes setores da sociedade em direção à sociedade da informação.

Nesse contexto foi desenvolvido o programa específico para a integração das TIC às escolas, dentro de um planejamento coletivo e articulado com o cenário internacional, nacional e em nível autonômico. No mapa conceitual 1, representamos a regulamentação do processo de integração das TIC na escola, no cenário espanhol, articulando as informações coletadas.

Mapa conceitual 1: *Regulamentação das Políticas Educativas para Integração das TIC na Espanha*



Fonte: autor da investigação (2016)

Assim, conforme o mapa conceitual 1, tivemos o Plano de Ação XXI no ano de 2000, como primeira política educativa voltada para a integração das TIC no âmbito nacional, com aprovação em dezembro de 1999, dentro do marco (2000), recebendo diretamente sua influência e convergindo em direção a sociedade da informação para todos.

O XXI teve seus objetivos direcionados para a melhoria do acesso e uso de infraestruturas e redes de conexão, desenvolvimento e difusão de conteúdo de qualidade para todos os níveis educativos, integração das TIC nos modelos pedagógicos da escola e a formação dos professores.

Na área educacional, o XXI apresentou o Programa (IEE), visando impulsionar a utilização das TIC no sistema educativo, conectando e equipando com hardware e software as escolas e proporcionando formação adequada aos professores.

Em seguida tivemos o no ano de 2004, dentro do marco (2005), que substituiu o Info XXI, também voltado para a construção de uma sociedade da informação para todos, considerando que as TIC são fundamentais para a melhoria da qualidade da educação, devendo ser prioridade para o governo.

O apresentou para a educação o Programa , o qual visava garantir que todas as crianças e jovens das escolas estivessem perfeitamente familiarizados com a internet e com uma formação que lhes permitisse o desenvolvimento de qualificações técnicas, necessárias para a sociedade da informação e para o mercado de trabalho, objetivando também a formação dos professores e garantir infraestrutura e equipamento necessários para a integração das TIC. Substituindo o , temos o I no ano de 2005, dentro do marco (2000), que buscou definir medidas concretas, agrupando as políticas públicas de investigação, desenvolvimento e inovação (I + D + I) no referente a sociedade da informação.

Na área da educação desenvolveu-se o Programa , (IEA) o qual visava ampliar o uso das novas tecnologias para o sistema educativo, oferecendo uma infraestrutura tecnológica com cobertura de 100% das escolas, incluindo a banda larga e equipamento multimídia, assim como a aquisição de computadores com preços populares para famílias com filhos em idade escolar, formação dos professores e também visando estender a internet para as famílias.

Por último, temos o II no ano de 2009, dentro do marco i2010 (2005), com objetivo de contribuir para a mudança do modelo econômico da Espanha, diante do contexto de crise econômica global, buscando por meio das TIC impulsionar a competitividade e produtivi-

dade, favorecendo a igualdade de oportunidades, com uma economia mais dinâmica e busca de um crescimento sustentável.

Na área educacional apresentou o Programa 2.0, com o propósito de acelerar a incorporação das TIC nas práticas dos professores, proporcionando recursos TIC para os centros e notebooks especificamente para os estudantes e professores, possibilitando assim o acesso à internet nos domicílios, promovendo formação dos professores, atentando para aspectos técnicos, metodológicos e sociais no processo de integração das TIC na prática docente.

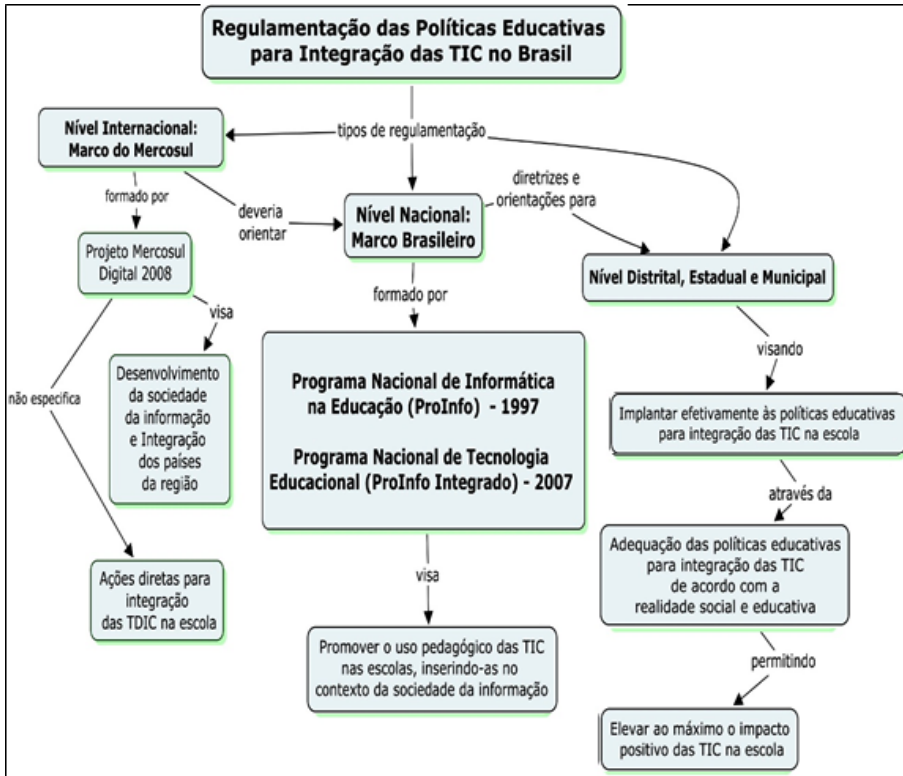
Nessa perspectiva, é importante destacar no cenário espanhol, o papel do Instituto Nacional de Tecnologías Educativas y de Formación del Profesorado (INTEF)², unidade do Ministério de Educação (MEC), responsável pela integração das TIC, o qual oferece uma ampla gama de cursos de formação para professores de nível não universitário, assim como serviços e materiais digitais e audiovisuais para todas as áreas do conhecimento. Na Espanha, o regime de parceria foi realizado entre a Administração Geral do Estado e as comunidades autônomas, cidades autônomas, associações, universidades e setor privado.

3. POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NO BRASIL

Na área da educação, temos as políticas educativas nacionais para integração das TIC na escola que regulamentam, orientam e traçam diretrizes para a formulação de programas, projetos e práticas desenvolvidas em nível distrital, estadual e municipal. No mapa conceitual 2, apresentamos o processo de regulamentação dessas políticas no Brasil.

2 Informações consultadas em: <http://educalab.es/intef/introduccion>

Mapa conceitual 2: *Regulamentação das Políticas Educativas para integração das TIC no Brasil*



Fonte: autor da investigação (2016)

Através do mapa conceitual 2, buscamos representar de forma comparada o processo de regulamentação das políticas educativas para integração das TIC na escola no Brasil, baseado no modelo de regulamentação da Espanha, apresentado no mapa Conceitual 1. Assim, observamos que no âmbito internacional apareceu o MERCOSUL Digital, como marco do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), mas, se observarmos o conector que faz a ligação com o marco nacional, veremos que aparece o termo (deveria orientar), indicando assim que não existem políticas educativas no âmbito internacional que orientem o processo de integração das TIC na escola, no contexto brasileiro.

Portanto, salientamos que divergente da Espanha, não existe no contexto brasileiro um marco internacional que englobe o processo de integração das TIC na escola e nem uma política nacional, como plano de ação que envolva de forma articulada os diferentes setores da sociedade em direção à sociedade da informação, mas sim, uma política educativa direcionada especificamente para a educação.

A primeira política educativa nacional para integração das TIC na escola, no cenário brasileiro, considerando o recorte temporal, foi o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) em 1997 e em sequência o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO Integrado) em 2007.

O PROINFO substituiu através de uma reestruturação o Programa anterior, denominado de Programa Nacional de Informática na Educação (PRONINFE), com uma atuação de 1989 a 1996, passando a assumir a responsabilidade no âmbito nacional pela disseminação da informática no contexto escolar.

O PROINFO buscou por meio do seu objetivo central a disseminação do uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal, mediante a incorporação adequada dessas pelas escolas. Os objetivos específicos buscam melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, com a criação de uma nova ecologia cognitiva informacional e uma educação para uma cidadania global na sociedade tecnologicamente desenvolvida.

Em 2007 surgiu o PROINFO Integrado com o objetivo principal de promover o uso pedagógico das TIC nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino nas áreas urbanas e rurais. Os objetivos específicos desse programa foram pensando no sentido da melhoria do processo de ensino-aprendizagem com o uso das TIC, capacitação dos agentes educacionais, inclusão digital com acesso à internet, preparação para o mercado por meios do uso das TIC e produção de conteúdos digitais.

O PROINFO Integrado buscou implantação de mecanismos para intensificar e ampliar o seu alcance, por meio da integração de todos

os programas em um mesmo planejamento coletivo, considerando a interligação existente entre todos, conforme podemos observar no mapa conceitual 2.

A área do PROINFO Integrado esteve relacionada à infraestrutura das escolas, referente aos laboratórios de informática, contando com a conexão à internet através do Projeto Banda Larga (2008), destacando-se nesses cenários a ação desenvolvida através dos Projetos PROINFO (2009), o Projeto Um computador por Aluno (UCA - 2007) e o Programa um computador por aluno (PROUCA - 2010). Outra área de atuação referiu-se ao Programa de Capacitação de Professores no uso de TIC na Educação, por meio de cursos de aperfeiçoamento e especialização, através do Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, regulamentado em 2007. Por fim, a atuação do PROINFO Integrado voltou-se para a oferta de conteúdos educacionais e ferramentas de interação e comunicação aos professores e estudantes em um ambiente de convergência de mídias, tais como: Programa TV Escola, redefinido em 2007, Portal do Professor e do Aluno (2008), o Banco Internacional de Objetos Educacionais (2008) e a Rede Interativa Virtual de Educação (1999).

Nessa perspectiva, por meio do Programa TV Escola³, objetivou o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino.

Ainda sobre a formação do professor, temos o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, visando contribuir para a formação continuada de professores para a utilização pedagógica das diferentes tecnologias. Ofertado na modalidade de educação a distância, destinado aos professores da educação básica nas redes públicas de ensino, desenvolvido pelo Ministério de Educação, através da Secretaria de Educação a Distância (SEED) ligado ao Ministério de Educação. O Programa teve sua origem a partir de documentos como o projeto básico e dois termos de referências, um que

3 O Programa TV Escola é constituído por um canal de televisão do Ministério da Educação do Brasil, que surgiu como projeto piloto, sendo divulgado no âmbito nacional em 1996, o qual se constituiu como uma plataforma de comunicação baseada na televisão e distribuída também pela internet.

explicitava os quesitos a serem atendidos pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e outro para as Secretarias de Estado da Educação interessadas.

Nesse marco, foram disponibilizados computadores para cada aluno, professor e gestor de escola, provendo infraestrutura de acesso à internet nas escolas com o Programa Banda Larga⁴ nas Escolas (PBLE), visando preparar educadores para o uso dessas tecnologias por meio dos Programas: UCA⁵ e PROUCA⁶.

No Brasil, as políticas educativas para integração das TIC na escola de educação básica estão sob a gestão da SEED, a qual foi criada em 1996, com a missão de atuar como agente de inovação dos processos de ensino-aprendizagem no cenário nacional.

A SEED organiza-se em departamentos que apresentam funções específicas, a saber: Departamento de Políticas em Educação a Distância (DPED), Departamento de Infraestrutura Tecnológica (DI-TEC) e o Departamento de Produção e Capacitação em Programas de Educação a Distância (DPCEAD).

A atuação da SEED se dá por meio de articulação com as secretarias de educação dos estados por meio dos Núcleos de Tecnologia Educacional Estadual (NTE) e com os municípios por meio dos Núcleos de Tecnologia Educacional Municipal (NTM), assim como em parceria com as universidades e setor privado.

4 Teve como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país.

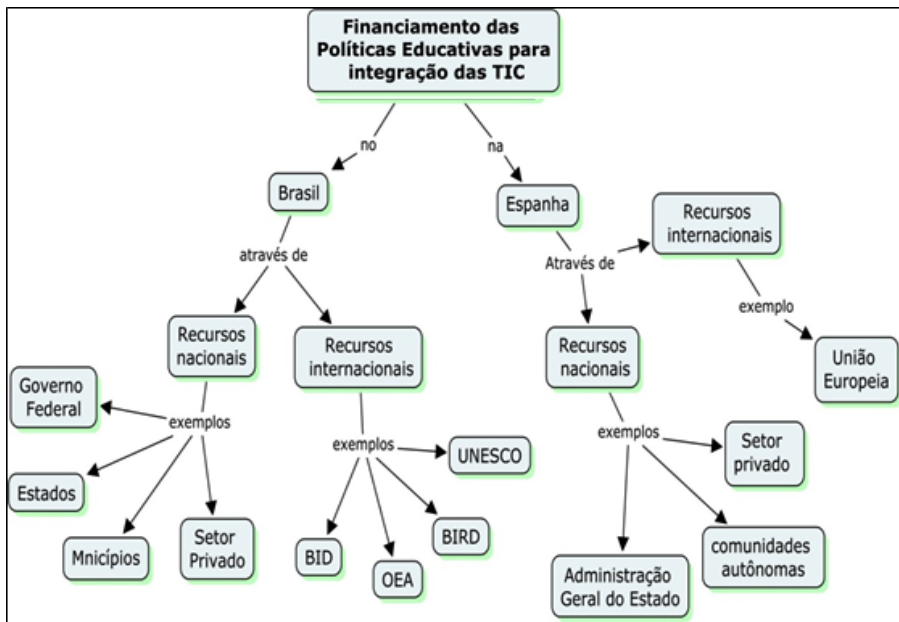
5 Houve uma parceria com o setor privado, representado pelas operadoras de telecomunicações, para disponibilizar um computador para cada aluno, professor e gestor de escola, provendo infraestrutura de acesso à internet nas escolas e preparando os educadores para o uso dessas tecnologias.

6 Substituiu o projeto piloto UCA, dando continuidade as ações desenvolvidas e buscando avançar mais. O PROUCA buscou promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessária ao seu funcionamento.

4. FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL E ESPANHA

Outro fator factível de comparação é o processo de financiamento das políticas educativas para integração das TIC na escola no Brasil e Espanha. No mapa conceitual 3, destacamos como ocorre esse processo.

Mapa conceitual 3: *Financiamento das políticas educativas integração das TIC na escola no contexto brasileiro e espanhol*



Fonte: autor da investigação (2016)

O processo de financiamentos das políticas educativas para integração das TIC na escola, por meio dos programas viabilizados no Brasil, teve no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) uma maior participação das instituições internacionais, como o Banco Mundial e logo com o presidente Inácio Lula da Silva

(2003-2010), em um primeiro momento buscou-se o distanciamento dos bancos internacionais e o uso de recursos nacionais.

Assim, de forma geral o financiamento dos programas aconteceu por meio de recursos do próprio governo provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como, de instituições internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização dos Estados Americanos – OEA, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), instituição financeira pertencente ao Banco Mundial, UNESCO e por meio da parceria com estados, municípios e o setor privado.

Nesse sentido, podemos constatar a influências de instituições internacionais no processo de implantação das políticas educativas no Brasil, confirmando o que assinalam Vieira (2007) e Haddad (2008) sobre a influência do Banco Mundial na agenda da política nacional brasileira e na demarcação e definição das políticas educacionais desenvolvidas nas últimas décadas.

As políticas educativas nacionais para integração das TIC na escola no contexto Espanhol tiveram um processo de co-financiamento ou “esfuerzo compartido”, da Administração Geral do Estado, com a participação ativa do setor privado e colaboração das comunidades autônomas, assim como da União Europeia.

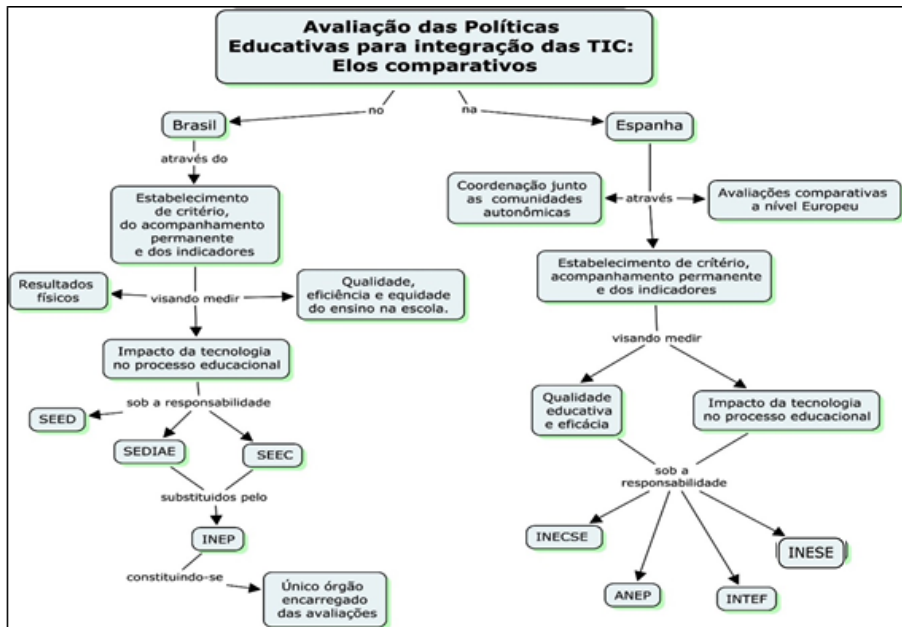
Portanto, com a leitura do mapa conceitual 3, pudemos constatar que os financiamentos nos dois países convergiram no sentido de existir um processo de cooperação de natureza híbrida, ou seja, com participação de recursos públicos, recursos privados e também com recursos internacionais. Por outro lado, podemos verificar também que divergente da Espanha, o Brasil utilizou mais recursos de fundos internacionais, ligados às agências multilaterais, o que resulta numa maior dívida externa e menor poder de negociação frente a esses órgãos, devido a dependência dos seus recursos.

5. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL E ESPANHA

A avaliação dentro das políticas educativas para integração das TIC e das demais políticas públicas, constitui-se como peça fundamental, sendo necessário a sua aplicação de forma permanente, para assim, ser possível, caso necessário, uma intervenção no próprio desenvolvimento da política e não somente ao final. A avaliação permanente é um procedimento que “fornece informações para o aperfeiçoamento ou a mudança de rumo” (Bittencour, 2011:267).

No mapa conceitual 4, evidenciamos como acontece a avaliação das políticas educativas para integração das TIC na Espanha e no Brasil.

Mapa conceitual 4: *Elos Comparativos no processo de avaliação das políticas educativas para integração das TIC na escola no contexto brasileiro*



Fonte: autor da investigação (2016)

Como podemos visualizar no mapa conceitual 4, a avaliação das políticas educativas para integração das TIC na escola no contexto brasileiro e espanhol, acontece por meio do estabelecimento de critérios, baseado em indicadores, com acompanhamento permanente por intermédio das instituições criadas para este fim.

No Brasil, a instituição responsável pela avaliação, pesquisa e levantamentos estatísticos na área educacional é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), antes cabia a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (SEDIAE) a avaliação informacional educacional e ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) realizar o censo sobre a situação atual da informatização da escola pública brasileira, ambos foram incorporados na estrutura do INEP.

As avaliações visam desenvolver um processo que permita medir, além dos resultados físicos do Programa, o impacto da tecnologia no processo educacional e as melhorias na qualidade, eficiência e equidade do ensino na escola. Destacamos também que cabe a SEED a elaboração de relatórios de gestão das políticas educativas para integração das TIC.

Na Espanha, as instituições responsáveis são o Instituto Nacional de Evaluación y Calidad del Sector Educativo (INECSE), com foco na avaliação do sistema de ensino, com funções de coordenação em nível autonômico; a Agencia Nacional de Evaluación y Prospectiva (ANEP) voltada para a avaliação do sistema público de ciências e tecnologia e o projeto I + D + I; o Instituto Nacional de Evaluación del Sector Educativo (INESE), responsável pela avaliação do sistema educativo e o INTEF, que cuida especificamente da área das TIC, o qual publica indicadores e dados sobre a integração das TIC na Espanha e também em nível europeu.

Segundo González Pérez, essas instituições buscavam a elaboração de sistemas de indicadores de alto nível de generalidade e também buscam conhecer o nível de impacto das políticas educativas para integração das TIC na escola.

Portanto, constatamos que ambos os países convergiram no sentido de possuírem um sistema de avaliação permanente das políticas educativas para integração das TIC, formado por instituições criadas

para este fim, com a produção de relatórios técnicos, indicadores e dados estatísticos que servem como instrumentos para medir e implementar as ações necessárias para a melhoria das políticas educativas.

Verificamos também que a Espanha possui procedimentos de avaliação em nível europeu, sob a responsabilidade do INTEF, que possibilita coletar informações referentes aos processos de integração das TIC em diferentes sistemas educativos, o que lhe permitiram comparar e conhecer diversas possibilidades que podem ser usadas para a melhoria, eficiência e eficácia do processo de integração das TIC no contexto escolar espanhol.

No Brasil não identificamos um procedimento similar em nível de MERCOSUL, porém, consideramos fundamental o desenvolvimento de um processo de avaliação próximo ao desenvolvido pela Espanha no sentido de melhorar o processo integração das TIC no contexto escolar brasileiro e oferecer dados relevantes em nível de MERCOSUL.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da investigação no referente ao financiamento das políticas educativas para integração das TIC na escola, verificamos que o Brasil utilizou mais recursos de fundos internacionais, ligados as agências multilaterais em comparação com a Espanha, portanto, jugamos importante o desenvolvimento e fortalecimento de fundos para fins de financiamento em nível de MERCOSUL, como acontece na União Europeia.

Em relação à avaliação, constatamos que ambos os países convergem no sentido de possuírem um sistema de avaliação permanente das políticas educativas para integração das TIC na escola. Por outro lado, identificamos que na Espanha existe um processo de avaliação em nível de União Europeia, que lhe possibilita coletar dados referentes ao processo de integração das TIC em diferentes sistemas educativos da Europa e usá-los para comparar e conhecer outras possibilidades que podem ser usadas para a melhoria do processo de integração das TIC às escola, no cenário espanhol.

Neste sentido, compreendemos que o Brasil pode aprender desse modelo, buscando desenvolver uma avaliação similar no contexto brasileiro em nível de MERCOSUL, para poder conhecer, comparar e identificar outras possibilidades e também disponibilizar dados importantes para o bloco, que sirvam de subsídios para o conhecimento mútuo dos seus sistemas educativos e para o desenvolvimento de estudos comparados, criando assim uma maior aproximação entre os membros do bloco na área educacional.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, J. M. V. 2011. (Tese de doutoramento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33672/000789407.pdf?sequence=1>. Consultado em 09 jun 2016
- CASTELLS, M. Bitacora. 2000, 4-I. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4008342.pdf. Consultado em 16 jan 2016
- HADDAD, S. . Cortez. São Paulo, 2008.
- VIEIRA, S. L. . Liber Livro Editora. Brasília, 2007.

Fontes documentais

- Brasil. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Consultado em 10 nov 2015.
- Brasil *Lei do ProInfo*. Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997. Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Brasília, Distrito Federal. Disponível em: https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000522&seq_ato=000&vlr_ano=1997&sgl_orgao=MED. Consultado em 19 nov 2015.
- Brasil. Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Ministério de Educação. Secretaria de Educação a Distância. Brasília, Distrito Federal. 1997. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo_diretrizes1.pdf. Consultado em 22 jan 2016.

- Brasil. *Lei do ProInfo*. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEC&num_ato=00006300&seq_ato=000&vlr_ano=2007&sgl_orgao=NI. Consultado em 25 nov 2015.
- España. Ministério de Indústria, Energia e Turismo - MINETUR (2001). Comisión Interministerial de la Sociedad de la Información y las Nuevas Tecnologías. Info XXI: La sociedad de la información para todos. Iniciativa del gobierno para el desarrollo de la sociedad de la información. DOC. CISI/99/4FIN. 2001. Disponível em: <http://www.internautas.org/documentos/infoxxi.pdf>. Consultado em 13 dez 2016;
- España. Ministerio de Ciencia y tecnología - MCT. España.es: Programa de Actuaciones para el Desarrollo (2004-2005). 2004. Disponível em: http://campus.usal.es/~derinfo/derinfo/Espana.es/espana_es.pdf. Consultado em 15 fev 2016.
- España. Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación. Boletín Oficial del Estado, 106, de 4 de mayo de 2006.
- España. Informe. telecomunicaciones y sector audiovisual. Políticas de fomento de la sociedad de la información. Ministerio de industria, turismo y comercio. 2008.
- España. Boletín Oficial del Estado. 2009. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2009/02/18/pdfs/BOE-A-2009-2786.pdf>. Consultado em 26 jan 2016.
- España. Ministerio de industria, turismo y comercio – MITC. 2009 Disponível em: [http://www.agendadigital.gob.es/agenda-digital/planesanteriores/descargasPal%20Avanza/2.%20Balance%20actuaciones%20\(2008\)/balance-actuacionsSetsi.pdf](http://www.agendadigital.gob.es/agenda-digital/planesanteriores/descargasPal%20Avanza/2.%20Balance%20actuaciones%20(2008)/balance-actuacionsSetsi.pdf). Consultado em 10 nov 2016.
- España. Ministerio de Educación – MEC. 2009. Disponível em <http://www.ite.educacion.es/escuela-20>. Consultado em 21 fev 2016.
- União Europeia. Comunicação da Comissão Europeia. Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (COM(2010) 2020 final – Não publicado no Jornal Oficial]. 2010. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010DC2020>. Consultado em: 10 dez. 2015.